

A INFÂNCIA NO JORNAL SEM TERRA

Monyse Ravenna de Sousa Barros*

No escopo das fontes escolhidas para serem analisadas e assim compor o *corpus* documental deste trabalho decidimos escolher também o Jornal Sem Terra por ser uma publicação de mais de 30 anos de existência e perceber como ela é parte essencial do projeto de comunicação e formação do MST. O jornal Sem Terra está inserido em uma perspectiva de outro projeto de sociedade; é produzido de maneira colaborativa e tem uma intenção clara: agir em favor da Reforma Agrária.

Em uma primeira análise do periódico percebemos alguns elementos que norteiam o discurso no Jornal: a luta como incentivo à ação política dos leitores, o fortalecimento do MST enquanto movimento social, a reforma agrária como bandeira principal do movimento, o Sem Terra, camponês, como sujeito e o campo como espaço prioritário de ação. Por dentro desse discurso observamos mais cuidadosamente suas afirmações sobre a infância Sem Terra.

O Jornal Sem Terra não tem compromissos com o capital das empresas por ser sustentado pelo próprio Movimento, não deseja alcançar a credibilidade da grande imprensa, não tem compromisso com o factual e tem como intenção discutir os temas relevantes para os movimentos sociais e a partir desses temas refletir sobre a realidade social, econômica e política brasileira. O jornal também traz as dimensões do fortalecimento identitário e da valorização da história.

Situamos nossa reflexão sobre o Jornal Sem Terra a partir do referencial de Gramsci que afirma que o Estado é formado por duas esferas complementares: a sociedade política e a sociedade civil. É na sociedade política que se dá o exercício de dominação, seja pela força, violência e repressão física ou simbólica. Já na sociedade civil, se constroem as diversas relações de poder e se desenvolve o pensamento ideológico através de estruturas como a escola, a igreja, os partidos políticos e os meios de comunicação¹.

Segundo Coutinho, a sociedade civil para Gramsci, assim como para Engels e Marx, é reconhecida como palco da história, um espaço em que se constroem e fortalecem os conflitos, onde se constrói e transforma a hegemonia.

* Mestranda – Programa de Pós Graduação em História Social - Universidade Federal do Ceará. E-mail: monyseravena@gmail.com

O Jornal Sem Terra

Desde a primeira ocupação de terras organizada por um coletivo que mais a frente tornar-se-ia o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que foi a ocupação da Encruzilhada Natalino, no Rio Grande do Sul, começa a circular o mais antigo instrumento de comunicação do Movimento. Naquela altura, ano de 1981, o periódico era chamado de Boletim Sem Terra, datilografado debaixo das lonas pretas da ocupação e mimeografado em Porto Alegre. Contava com cerca de 700 exemplares e circulava semanalmente.

O boletim que era um instrumento de expressão da solidariedade às famílias acampadas tinha o intuito de propagar e ampliar o conteúdo social de suas lutas. E desde aí circula em meio aos acampamentos e assentamentos brasileiros. Em 1984, passa a se chamar Jornal Sem Terra e a ter como periodicidade a bimestral. A partir de 1985, com a instalação da Secretaria Nacional do MST em São Paulo, é editado na capital paulista. Segundo a publicação do MST, *Construindo o Caminho*, o jornal atuou como organizador do próprio movimento e se construiu na qualidade de instrumento de formação e informação, interno ao Movimento e tecendo elos junto à sociedade, ampliando assim os prováveis aliados na luta por Reforma Agrária, como luta de toda a sociedade.

O Jornal sem Terra é parte da trajetória de mobilizações e luta pela Reforma Agrária e atua também como porta-voz do Movimento. Desde o início de sua circulação seu formato foi tablóide. Em 1986, ganhou o Prêmio Wladimir Herzog de Direitos Humanos, do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo. Há 31 anos é publicado ininterruptamente. Em sua característica e vinculação à luta pela reforma agrária, pode-se afirmar que é o periódico de maior longevidade na história dos movimentos camponeses no Brasil.

Acerca da trajetória do Jornal Sem Terra, Noeli Valentina Weschenfelder, observa alguns elementos presentes no periódico desde o início de sua veiculação, destacando sua estratégia discursiva, ou seja os circuitos de produção e difusão do impresso:

Seu desenho, pauta, manchetes, imagens, matérias eram decididas já nos primeiros exemplares, por agricultores acampados na Encruzilhada Natalino R.S., local onde ocorreu primeiro grande acampamento nacional. O jornal conta a história do Movimento e as estratégias discursivas falam das e para as pessoas questão participando do mesmo, muitos, se percebem nas páginas do jornal, em entrevistas, reportagens e fotografias. (WESCHENFELDER, 2009, p.85)

Ainda de acordo com a publicação, o Jornal Sem Terra intenta promover a unidade ideológica do Movimento, contribuindo para uma visão global da luta de classes, enriquecendo os conhecimentos sobre os diversos níveis da realidade brasileira e alimentando

os conteúdos da mística, baseada na idéia de luta e transformação social. A intenção pedagógica do jornal é evidente; sendo talvez, entre os vários instrumentos de comunicação do Movimento, sua melhor expressão do caráter educativo-formador como pressuposto de comunicação.



Figura 1: Jornal Sem Terra, número 01

Ainda segundo a publicação, o *Jornal Sem Terra* (JST), surgiu com o objetivo de ser um instrumento de formação e agitação, capaz de estimular a unidade ideológica, a visão global da luta, propiciar conhecimentos sobre realidade brasileira, reforçar organizações aliadas e alimentar a mística revolucionária.

Atualmente o jornal continua sendo impresso e distribuído a partir de São Paulo, conta com uma tiragem de 20 mil exemplares e seu formato abriga 16 páginas coloridas. A publicação é produzida pelo Setor de comunicação do MST, que conta com jornalistas e militantes de todo o País. O jornal conta também com colaboradores que apóiam o Movimento, entre eles, professores universitários, jornalistas, escritores e militantes sociais de

toda a América Latina. A distribuição é realizada gratuitamente dentro dos assentamentos do MST e de outras organizações, além dos assinantes.

Por ser uma publicação institucional do Movimento, a Secretaria Nacional do MST o financia, assim o jornal não conta com apoios financeiros externos.

Da observação e análise do Jornal, percebemos que o mesmo, hoje, conta com seções fixas: Editorial, Palavra do Leitor e Frase do Mês (página 2), Estudo (página 3), Entrevista (página 4 e 5), Estados (páginas 6 e 7), Especial (páginas 8 e 9), Realidade Brasileira (páginas 10 e 11), Internacional (página 12), Lutadores do Povo (página 13), Literatura (página 14) e Balaio (página 15). Algumas destas seções vêm se mantendo desde o início de sua publicação e outras sendo transformadas e incorporadas ao longo dos anos.

A seção editorial está sempre assinada pela Direção Nacional do MST e traz a perspectiva do Movimento sobre alguns assuntos centrais na pauta de discussões: reforma agrária, criminalização dos movimentos sociais, agronegócio, mobilizações dos movimentos sociais, políticas públicas para o campo e temas da política nacional.

A seção Palavra do Leitor traz, a cada edição, trechos de cartas e emails de leitores sempre apoiando as ações do MST. Já a Frase do Mês, traz uma afirmação de apoio ao Movimento assinada por atores, cantores, pesquisadores, entre outros.

As páginas de Estudo remetem ao aprofundamento de questões importantes para o MST. A seção é marcada por longas matérias, que se propõem a explicar e discutir questões específicas.

A seção Entrevista utiliza a forma pergunta-resposta, com breve texto de abertura apresentando o entrevistado e o tema central da entrevista. Já na seção Estados aparecem notícias das ações do MST em diferentes partes do país como marchas, encontros, assembleias, comemorações, ocupações, festas e outras atividades. As mobilizações também são as temáticas mais frequentes da seção Especial, com destaque para uma grande quantidade de fotografias.

A seção internacional traz pautas mais comumente dos países da África, América Latina e Oriente Médio. Em todas as matérias há um cuidado em trazer vários elementos da história daqueles países associado ao fato que está sendo narrado. A seção Lutadores do Povo traz artigos biográficos, mostrando o vínculo entre a vida dos personagens e seus ideais de luta.

Literatura também é uma página biográfica, geralmente ocupada por nomes reconhecidos da literatura brasileira. Além da biografia há uma construção textual que leva a

constatação de vínculos entre a vida dos autores e as lutas sociais dos períodos em que viveram. A página traz também trechos das obras dos autores em questão.

A penúltima página do jornal traz a seção Balaio que reúne várias notas sobre datas importantes para os movimentos sociais do mundo todo, trechos de poemas, lançamentos de livros, descrição de ações do movimento, indicações de filmes, livros e músicas.

Desde seu início, a contracapa do Jornal traz uma grande imagem relacionada, geralmente, a uma das campanhas do MST, a mobilizações de caráter nacional, a divulgação dos produtos da Reforma Agrária ou há publicações lançadas pelo Movimento ou por editoras parceiras.

Durante todo o percurso analisado por nós do Jornal as matérias e textos que lá constam são, em sua maioria, assinadas, por militantes do MST, que aparecem associados ao setor ou núcleo que atuam como Setor de Direitos Humanos, Setor de Comunicação, Coordenação Nacional, Coletivo de Cultura e assim por diante. As matérias que não são assinadas por militantes do Movimento, são assinadas por intelectuais ou membros de outras organizações políticas próximas.

A Pauta da infância

Desde 1981, quando o Jornal ainda era Boletim Sem Terra, as crianças sempre estiveram presentes em suas páginas. Elas estavam lá, nos barracos de lona desde o começo, junto a seus pais na luta pela terra. Sofreram as mais terríveis violências pelas mãos dos latifundiários e nas ações truculentas da polícia. No Jornal muitas dessas violências sofridas foram documentadas, essa era a pauta mais comum associada à infância durante toda a década de 1980.

Quando caminhamos em direção aos anos 1990, encontramos a educação como o principal assunto relativo à infância. Essa é uma temática que nunca mais diminuiu sua frequência das páginas do Jornal, só aumentou sua representatividade e o espaço ocupado com o passar do tempo. Em meados dos anos 1990, junto à educação vamos percebendo vários textos que já começam a tratar as crianças como sujeitos sociais importantes na luta do MST. Começam os destaques tanto para as mobilizações específicas das crianças do MST como para a presença em mobilizações gerais e nos mais diversos espaços do Movimento.

A perspectiva das crianças como sujeitos de direitos no MST foi construída a partir da trajetória política do Movimento. Ela não existia nas primeiras ocupações, nos anos iniciais de organização, o que era mais comum era a crianças representando a esperança no futuro, a imagem que sensibilizava. Foi assim com Marco Tiaraju, filho de Roseli Nunes, primeira



criança nascida no acampamento da Fazenda Annoni e que teve em seu nome uma homenagem. A própria criança representava o “marco” da luta.

Essa prática de homenagear a luta com nome da criança se repete em vários outros lugares depois da Annoni, como por exemplo, no acampamento da fazenda Ipaneminha, em São Paulo, no ano de 1992. A primeira criança a nascer lá teve o nome Marcos (novamente) Ipanema, os pais da criança eram bóias frias, antes de irem para a ocupação. Marcos Ipanema foi recebido pelas famílias do acampamento com um berço feito de galhos, uma espécie de “manjedoura”, recuperando a parábola bíblica do nascimento de Jesus.

A pauta da violência

Lamentações sobre a morte da pequena Loivaci
A tristeza é lamentável
A sorte é traiçoeira
A morte não marca tempo
A vida é passageira
Mas eu peço ao Deus do céu
Que conduza a vida inteira
Os adultos abandonados
E as crianças brasileiras

É triste uma mãe ouvir
Um filho pedir comida
E ela não tendo que dar
Sua dor é dolorida

E vendo o filho sofrer
Isto queima a sua vida
Protegei-nos nesta hora
Ó Senhora Aparecida

Governo pense um pouco
Nessa nossa situação
Dai-nos terra para o trabalho
Pra não nos faltar o pão
Pois tendo todo o conforto
Os filhos não choram não
Coloque no pensamento
E veja neste momento
Que o pobre é que tem razão.
(Adelir), (JST, 1981, p.2)

A menina Loivaci Pinheiro, morta em 29 de maio de 1981, foi quem inspirou a composição desse lamento. Loivaci morreu de fome e frio em um hospital na cidade de Ronda Alta e foi a primeira criança a morta no acampamento da Encruzilhada Natalino por falta de cuidados médicos e omissão do governo. O fato gerou muita revolta entre as 500 famílias acampadas que também produziram muitos relatos sobre o caso para o Boletim Sem Terra.



Muitas Loivacis foram assassinadas nos acampamentos do Brasil, neste período. Mortas de fome, frio, pancadas, tiros. Assassinadas pela inoperância do Estado, pela falta de assistência, pelo descaso. E, arriscamo-nos a dizer, que a morte de todas elas foram noticiadas, comentadas e refletidas pelo Jornal Sem Terra. Não se naturalizou a morte e a violência, estas, continuaram ser choradas e também a despertarem a indignação. A maioria das mortes foi velada nas ruas em um luto em luta.

Três meses após a morte de Loivaci, em agosto de 1981, o Boletim Sem Terra noticia que já haviam morrido três crianças no acampamento da Encruzilhada Natalino. A notícia não traz os nomes das crianças mortas, nem as causas, mas fazem um apelo as autoridades políticas do período para que fossem tomadas, pelo menos, providências para melhorar um pouco a infra-estrutura do local, diz da necessidade de um maior número de doações de comida e agasalhos. A situação de extrema precariedade atingia com uma força muito grande as crianças: o frio intenso da região sul, associado à falta de alimentos em muitos períodos do acampamento as ia enfraquecendo e matando um pouco por dia.

Na mesma edição, outro título chama atenção: *“Falta de agasalho para crianças, o que causa enfermidades bronco-pulmonares”* e ainda *“Há 21 colonos internados no hospital de Ronda Alta na sua maioria crianças”*. Pelos títulos e fragmentos das matérias podemos ir reconstituindo o sofrimento passado pelas crianças nos períodos de acampamentos e também o esforço das famílias em conseguir atenuar essa situação sendo com o pedido de doações ou nas muitas mobilizações feitas pelas famílias da Natalino antes de conseguirem a posse da terra. Há uma ressalva na matéria afirmando que depois das pressões feitas o hospital melhorou o atendimento. O mesmo texto faz referência *“a um frio de zero graus durante as madrugadas”*.

O mesmo texto faz referência a música Grande Esperança, interpretada pela dupla Zilo e Zalo, que se tornou um hino daquelas famílias acampadas na Natalino. A música traça um paralelo nas vidas dos operários e dos homens do campo, aproximando-os nas necessidades e nas opressões. E situa a Reforma Agrária como solução para muitos problemas sócias do campo e da cidade.

Nosso lavrador que vive do chão
Só tem a metade da sua produção
Por que a semente que ele semeia
Tem quer a meia com o seu patrão!
O nosso roceiro vive num dilema
E o problema não tem solução
Por que o rico que vive folgado
Acha que projeto se for assinado,
Estará ferindo a Constituição!

Retomando o tema da violência em notícia veiculada no Boletim, encontramos o espancamento e tortura de uma criança de sete anos. O fato aconteceu na Fazenda Tupaciretã, no Pará, onde 400 posseiros reivindicavam a terra e um banqueiro paulista afirmava a posse, a tentativa de despejo foi violenta e juntou policiais de Xinguara, Marabá e Conceição do Araguaia.

Era o início de um massacre na região. Na primeira investida da repressão uma criança de sete anos foi espancada por policiais para informar o local onde seu pai estava escondido para não ser preso e torturado. Na segunda investida um posseiro foi obrigado a servir sexualmente a outro companheiro. Espancamentos generalizados. Estradas fechadas. Casas queimadas. Um posseiro foi obrigado a engolir um cigarro aceso, ante de ter sido forçado a cheirar o sapato de um pistoleiro morto. (JST, 1991, p.3)

Os relatos de violência envolvendo crianças são comuns nas páginas do jornal nesse período. De norte a sul do Brasil, a medida que emergem as ocupações, emergem também os conflitos em torno da terra, envolvendo as famílias e as crianças fazem parte dessas famílias e não são poupadas de situações extremas de violência por parte dos fazendeiros e da polícia apenas por sua condição infantil.

As fontes nos trazem relatos diversos dessas violências e de suas mais variadas formas. Trazem-nos também as estratégias de enfrentamento, mas também de proteção as quais os trabalhadores recorriam. Um dos casos que demonstram isso é o das famílias expulsas da Fazenda Santo Augusto, no Rio Grande do Sul. Nesse despejo há vários relatos de ações truculentas e de uso de violência pela polícia. Um desses relatos diz respeito a uma criança de cinco anos que foi jogada sobre um braseiro e teve suas mãos pisoteadas por um policial. As denúncias de violência foram levadas a Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa na tentativa de repercussão do caso.

Em um grande número de ocupações pelo Brasil, registra-se a morte de crianças: além daquelas assassinadas diretamente nos conflitos, também há muitas mortes decorrentes das condições de vida nos acampamentos foi assim na Natalino, na Annoni, na Santa Elmira e seguiu sendo assim também na ocupação da Fazenda Pirituba, em Itapeva, São Paulo. Onde, em agosto de 1990, morreram no hospital da cidade as crianças Robson Aparecido Machado, de um mês e Leandro Fernandes da Rosa, de cinco meses. Só nesse acampamento cinco crianças já haviam morrido.



Figura 2: Crianças do acampamento da Fazenda Santo Augusto, RS

O número de óbitos infantis era assustador. Não podemos negar a maior vulnerabilidade das crianças a situações de exposição extrema. Mas também é notório, como apesar de todas as mortes e as doenças que as atingiam com muito mais força, as mesmas não saíram desses cenários, ao contrário, com o passar do tempo, o MST foi incentivando a organização e as mobilizações específicas das crianças, gerando autonomia e resultando na conquista de direitos.

A negação dos direitos e o Estatuto da Criança e do Adolescente

O jornal também abriga pautas relacionadas aos deslocamentos feitos pelas famílias para os projetos de colonização do Incra, geralmente, entre as regiões Norte e Centro Oeste. Em uma dessas matérias do mês de junho de 1982, assinada pela Comissão Pastoral da Terra, denuncia-se a falta de escolas e de assistência religiosa para as crianças do projeto Lucas do Rio Verde, município de Diamantino, Mato Grosso.

As 170 famílias que estavam naquele momento no projeto haviam sido deslocadas do acampamento da Encruzilhada Natalino, estas haviam sido convencidas pelo governo federal um ano antes a deixar o acampamento e agora continuavam sofrendo com uma série de direitos negados, além de ainda estarem dormindo em barraco passado mais de ano que haviam chegado ali.

Além de passarem por todo o percurso de sofrimento de seus pais as crianças tem a si um dos direitos mais elementares a essa condição geracional negado: a escola. Mesmo nos primeiros acampamentos organizados pelo coletivo que se tornaria o MST a escola sempre

teve um papel central. Improvisada e de periodicidade irregular em alguns lugares, mas frutos de esforço e resultado da solidariedade. No acampamento da Encruzilhada Natalino eram as freiras ligadas a CPT as responsáveis pela alfabetização das crianças, porque nem no acampamento, nem no projeto de colonização, o Estado não alcançava.

A história da negação dos direitos as crianças pobres data de um largo período e se repete também na história das crianças do MST. Pelas páginas do Jornal Sem Terra nos chegam vários episódios concatenados de negação, mas também da conquista desses direitos. Outro fato que se repete por várias vezes é a criminalização da pobreza que não é tema somente da atualidade e que atinge muito profundamente as crianças.

Em 1993, no Mato Grosso do Sul, chegou-se ao ponto de o Conselho Estadual da Criança e do Adolescente, órgão do governo, ameaçar entrar na justiça contra famílias que estavam acampadas em uma determinada região do estado acusando-as de infringir os artigos 7 e 232 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). O Conselho os ameaçava de serem pobres, em suma. E transferia toda a responsabilidade do Estado para as famílias, já que o artigo 7 do Estatuto diz que toda crianças tem direito a vida e a saúde.

E o artigo 232 do Eca proíbe a submissão de crianças à vexames e constrangimentos. O Conselho entendia que a pobreza era um constrangimento. A presidenta do Conselho, Maria Aparecida Pedrossian, que era também primeira-dama do estado aquela altura, afirma que os pais só levavam os filhos para o acampamento no intuito de obter piedade. Não era sequer cogitada a hipótese da necessidade. As crianças fazem, de fato, parte da família, e não são deixadas para trás, na maioria dos casos. Elas vivem a pobreza no dia a dia, como as vive também o restante da família. Não há com quem deixá-las, elas participam de todos os momentos da vida e das ações nos acampamentos e também depois da terra conquistada nos assentamentos.

O que a conselheira e primeira-dama não percebeu é que as crianças e seus pais tinham direito a vida e a saúde que lhes eram negados pela concentração de terras no estado.

O Estatuto da Criança e do Adolescente é uma Lei de 1990, que normatiza o artigo 227 da Constituição Federal de 1988.

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar a criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à saúde, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (ECA, 2009, p. 22)

Surge a partir da mobilização social que deu origem ao Fórum Nacional de Entidades Não Governamentais de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (Fórum DCA). E teve uma intensa mobilização de vários movimentos sociais para sua aprovação.

Essa mobilização recolheu mais de seis milhões de assinaturas para garantir a criação de um artigo que estabelecesse os direitos humanos dos meninos e meninas na Constituição. O ECA é tido como um marco para os direitos da criança e do adolescente no Brasil, substituindo o Código de Menores². Traz em sua base a doutrina de proteção integral, reforça o princípio da criança e do adolescente como ‘prioridade absoluta’ e institui o Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente³.

O Estatuto traz cinco direitos fundamentais a todas as crianças e adolescentes brasileiros: o direito a vida e a saúde (arts. 7 a 14); liberdade, respeito e dignidade (arts. 15 a 18); educação, cultura, esporte e lazer (arts. 53 a 59) e profissionalização e proteção no trabalho (arts. 60 a 69). Retomamos aqui o Estatuto para evidenciar os crimes que o Estado comete contra as crianças que se encontram nos acampamentos, negando-lhes uma série de direitos garantidos em lei para as mesmas. O Eca também foi pauta constante no Jornal Sem Terra, em especial no período da mobilização das assinaturas e nos primeiros anos logo após em entrar em vigência.

A Pauta da educação

Infância e educação são temáticas que, no mais comum, andam juntas, e também é assim no Jornal Sem Terra. Desde meados da década de 1990, o MST intensifica as mobilizações e reivindicações em torno da educação. É preciso escolas para todos, principalmente para as crianças. E dessas reivindicações o Movimento se depara com a necessidade, mas também com o desafio das escolas nos acampamentos. Essa é uma prática que é experimentada, em primeiras vezes, no Rio Grande do Sul, e aos poucos ganha o Brasil.

A primeira escola em acampamento reconhecida pelo Estado funciona na Fazenda Alvorada em Júlio de Castilhos e faz parte da Proposta Pedagógicas Escolas Itinerantes para acampamentos do MST no RS, aprovada pelo Conselho Estadual de Educação\RS em 20 de janeiro de 1997. (JST, 1997, p.10)

A busca do reconhecimento das Escolas pelo Estado se intensificou porque as aulas que sempre aconteciam nos acampamentos não eram reconhecidas legalmente e as crianças ficavam prejudicadas quando passavam a frequentar uma escola regular. No contexto da luta por direitos, o MST entendeu que a educação é um deles e que estava sendo negado aquelas crianças, daí surge o início das mobilizações em torno do reconhecimento.



Foi um cabo de guerra, idas e vindas no Conselho de Educação, mobilizações de crianças em Porto Alegre, cartas dos alunos para o governador e secretária de educação, até conseguirem a aprovação da escola. As condições de funcionamento ainda são precárias. (...) No projeto aprovado, a escola funcionaria dentro dos acampamentos com monitoramento pedagógico da Secretaria de Educação, os professores seriam contratados pelo Estado e as salas de aula, é resultado de uma campanha de doação realizada na Universidade de Ujuí, os barracos estão sendo feitos com material doado e a Secretaria de Educação justifica o atraso alegando questões burocráticas (JST, 1997, p. 12).

O Rio Grande do Sul foi o primeiro estado do Brasil a reconhecer e regulamentar as escolas itinerantes, através de parecer do Conselho Estadual de Educação, em 1996. A experiência gaúcha permitiu a instalação de escolas em acampamentos em diversos estados, como Sergipe, Paraná e Bahia⁴. Reconhecimento legal que ainda é contestado, atualmente, vide o fechamento das escolas itinerantes que funcionavam em acampamentos do MST no Rio Grande do sul, em 2009, durante o mandato da ex-governadora Yeda Crusius.

Durante a década de 1990 o Jornal Sem Terra possuía uma página específica chamada Educação. Todas as edições do periódico traziam textos, fotos e depoimentos sobre o tema. Em uma dessas matérias, em fevereiro de 1997, o assunto era o uso do próprio Jornal Sem Terra, nas salas de aula. O texto se refere a uma experiência em assentamentos do estado de Mato Grosso. A Escola 16 de maio, no assentamento Marçal de Souza, em Nioque, é uma dessas escolas que adotou o Jornal Sem Terra no trabalho com as crianças.

Referências Bibliográficas:

COUTINHO, Carlos Nelson. Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro; Campus, 1992.

MARIA, Noemi Antonio; WESCHENFELDER, Noeli Valentina, PEDAGOGIA CULTURAL DO MOVIMENTO SEM TERRA COM RELAÇÃO À INFÂNCIA, UNIJIÚ / UFRGS. 2009.

Fontes:

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente: um guia para jornalistas. Belo Horizonte, MG: Rede Andi Brasil, 2009.

Boletim Sem Terra. Novembro de 1981

Boletim Sem Terra. Novembro de 1981.

Jornal Sem Terra. Junho de 1992

Jornal Sem Terra. Julho de 1993.

Jornal Sem Terra. Junho de 1997.

MST. *Construindo o Caminho Numa Escola de Acampamento do MST*. 2000. (Coleção Fazendo escola). www.mst.org.br

Notas

¹ COUTINHO, Carlos Nelson. Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro; Campus, 1992.

² Em 1979 é instituído um novo Código de Menores (lei 6697 de 10/10/1979) elaborado por um grupo de juristas selecionados pelo governo, para substituir o Código de Menores de anterior, que datava de 1927. Não representando em si mudanças expressivas, representa pressupostos e características que colocam a criança e o jovem pobres e despossuídos como elementos de ameaça à ordem vigente. O Código atuava no sentido de reprimir, corrigir e integrar os supostos desviantes de instituições como FUNABEM, FEBEM e FEEM, valendo-se dos velhos modelos correccionais.

³ O Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente constitui-se na articulação e integração das instâncias públicas governamentais e da sociedade civil, na aplicação de instrumentos normativos e no funcionamento dos mecanismos de promoção, defesa e controle para a efetivação dos direitos da criança e do adolescente, nos níveis Federal, Estadual, Distrital e Municipal. No entanto, após quase 22 anos de implantação do ECA este sistema na prática, não está integralmente institucionalizado e vem trabalhando de forma desarticulada, com problemas na qualificação de seus operadores e isto causa prejuízo na implementação de políticas públicas que garantam os direitos assegurados pela legislação em vigor.

⁴ Informações retiradas de www.mst.org.br